

Dia Nacional de Protesto

O dia 27 de abril será marcado como o Dia Nacional de Protesto contra a reforma da Constituição. Entidades como CUT e UNE estão preparando a mobilização.

Em diversas capitais deverão acontecer atos públicos e passeatas.

A Classe Operária



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Povo nas ruas combate as emendas de FHC

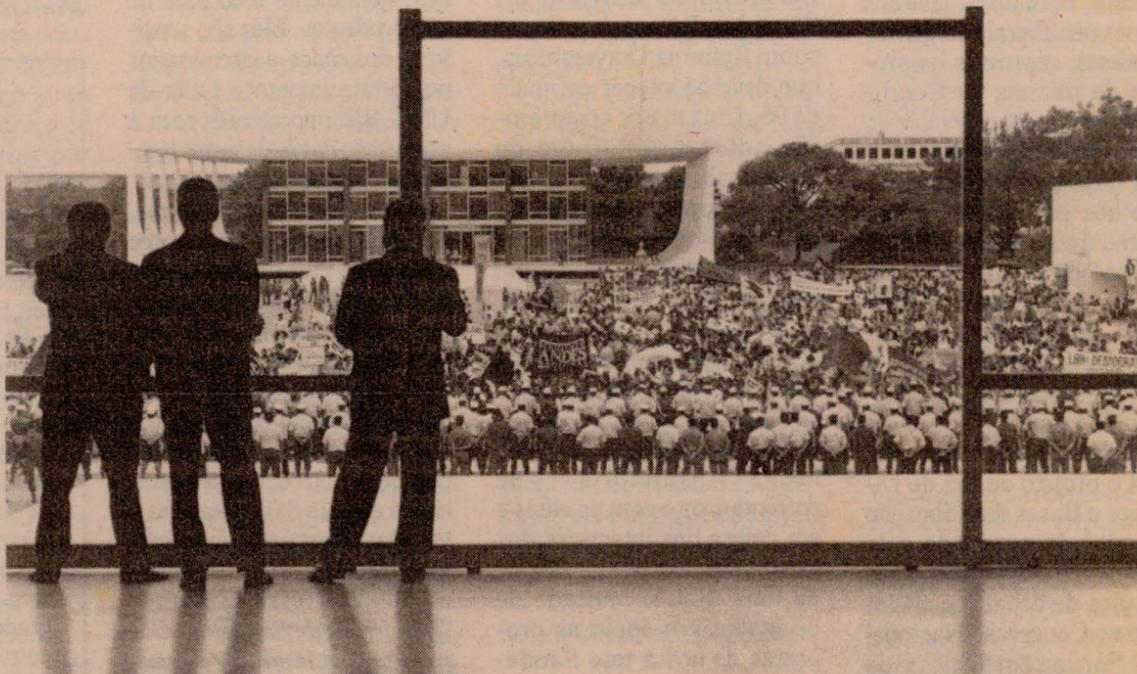
Não foram necessários mais que cem dias para que a euforia, o tom imperial, a aparência de solidez e a exibição de força do governo recém-empossado de Fernando Henrique Cardoso, dessem lugar ao desencanto, a uma pálida e vil tristeza, a uma amarga decepção. O nervosismo dos últimos pronunciamentos do presidente da República, no estilo predo e arreberto, são os primeiros sinais de desgaste e do isolamento de seu governo.

O folclore político pode aceitar que isto ocorre por "falta de comunicação" e precária articulação política do ocupante do Planalto com sua base de apoio no Congresso. A razão de fundo, porém, do isolamento de Fernando Henrique Cardoso, é a política que põe em prática, contrária ao povo e aos interesses nacionais. É a confirmação dos seus compromissos com a direita interna e com os círculos dominantes do capital financeiro internacional, verdadeiro centro de orientação da política neoliberal, de onde emanam as diretrizes básicas do governo.

A viagem presidencial aos Estados Unidos, a reiteração, diante dos patrões, da orientação entreguista, a promessa de realizar as reformas ditadas por interesses alienígenas, tudo isso torna claro o caráter antinacional e antipopular do governo e define de que lado está.

A aliança indissolúvel com a direita e a indisfarçável submissão de Fernando Henrique Cardoso aos espoliadores da nação não pode deixar de se refletir no Congresso, onde já encontra obstáculos e oposição. Também a revelação de seu perfil de embusteiro, dum homem de mil faces, que anuncia uma coisa e faz outra, corrói sua base de sustentação e gera desgaste junto à opinião pública.

A par da tentativa de impor suas



Juca Varella/Folha Imagem

Seguranças do Planalto observam protesto de 20 mil pessoas em Brasília

emendas constitucionais, Fernando Henrique Cardoso conheceu em pouco mais de três meses de governo sucessivas derrotas no encaminhamento da política econômica. A desvalorização do real, os evidentes indícios de inflação, os déficits gigantescos na balança comercial ocorridos mês a mês, a erosão das reservas cambiais levaram o pânico à

equipe econômica e deram à sociedade a certeza de que, a rigor, o Plano Real fracassou.

Em tais condições, é natural que se eleve a voz de protesto dos setores organizados da população. As recentes manifestações públicas contra a política antipopular e antinacional do governo e de aberta oposição às emendas constitucionais mostram que é inócua o presidente repetir monocordicamente que tem 34 milhões de votos. A

persistência na aplicação de uma política lesa-pátria e antipovo, inevitavelmente levará milhões de pessoas às ruas em manifestações conscientes, maduras e organizadas,

que nada têm a ver com atos de agressão pessoal ou radicalismo estéril.

Os comunistas têm profunda consciência das ameaças que pairam sobre o país e firme convicção da justeza da orientação traçada pela direção nacional do Partido de se opor ao governo de FHC.

O momento exige o aguçar da vigilância popular, a ampliação do movimento oposicionista, dentro e fora do Congresso, e o esclarecimento de amplas parcelas do povo para organizar uma expressiva corrente de resistência e defesa da soberania nacional, da democracia e dos direitos sociais.



Encarte

Tribuna de Debates

Os artigos para a próxima edição deverão ser entregues até o

dia 15 de maio
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Tudo pelo Congresso da UNE

De 14 a 18 de junho acontece em Brasília o 44º Congresso da União Nacional dos Estudantes. Os delegados serão eleitos pelas diretorias dos centros e diretórios acadêmicos e pelos estudantes através de urnas e assembleias.

A história da UNE confundiu-se com a história das lutas do povo brasileiro por democracia, soberania nacional e justiça social. Recentemente, retomou sua forte presença na cena política brasileira, aumentou seu prestígio, o que fez com que se tornasse uma entidade mais disputada pelas diversas correntes de pensamento.

Ampliar o campo de oposição a FHC

O congresso decidirá qual rumo a UNE deve tomar.

Hoje, reforçar o campo de oposição a FHC é a nossa proposta. Ela é justa, face aos ataques neoliberais do governo federal, expressos na proposta de reforma da Constituição.

A oposição a FHC tem ganho, a cada dia, mais respaldo junto aos estudantes, pois o governo trata a educação com o mesmo desprezo característico de outros governos. FHC perde rapidamente a fachada de homem que, pelo seu passado na academia e fama de intelectual, estaria comprometido com a universidade. Ele despreza o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, já aprovado pela Câmara dos Deputados, após sete anos de debates e elaboração no Congresso Nacional e no Fórum em Defesa da Educação Pública.

É o governo das medidas provisórias na educação. FHC não dá a menor importância para atividades de pesquisa científica e tecnológica. Segundo sua proposta, essas atividades seriam desenvolvidas por poucos centros de excelência, algo complementar para satisfazer setores onde nossa economia se especializaria.

A maioria das instituições de ensino superior transformaram-se em escolas de 3º grau, privatizadas, com acesso mais elitizado, mensalidade - como qualquer mercadoria - definidas pelo mercado (livre para a ganância dos empresários do ensino), tudo sem autonomia, preferencialmente com a comunidade universitária dividida.

Se contrapondo a essa situação, a UNE está recolhendo um milhão de assinaturas para o Projeto de Lei de Mensalidade Escolares. O 44º Congresso vai convocar o I Seminário Latino-Americano sobre Reforma Universitária, que deve acontecer em maio de 96. Uma maior compreensão sobre a influência do neoliberalismo nas universidades colocará o movimento estudantil brasileiro num patamar superior de combate ao governo FHC.

Saudações a quem tem coragem

A continuidade da UNE nessa trajetória de enfrentamento com as elites e em defesa dos interesses dos estudantes depende da eleição de uma grande bancada de delegados em apoio às propostas de nossa tese **Saudações a quem tem coragem.**

Essa grande bancada só existirá se, em todos os estados, o PCdoB priorizar esse congresso. Essa não é uma atividade que diga respeito somente aos estudantes do PCdoB. Deve ser planejada e acompanhada também pelas direções do Partido.

A eleição de delegados só pode ocorrer até 3 de dezembro.

Grande é o potencial da bancada **Saudações a quem tem coragem.** Ela é composta pelos que estão à frente dessa combativa gestão e do processo de busca de uma maior representatividade e organização das entidades estudantis. Hoje, já existem aproximadamente, 150 DCEs no país e milhares de centros e diretórios acadêmicos. Destaca-se também nessa gestão a reconquista do terreno na Praia do Flamengo.

Devemos mobilizar amplamente os estudantes sem partidos, geralmente rotulados de independentes. Eles são sensíveis, dedicados e interessados no fortalecimento e lutas da UNE. São importantes para a aprovação das mais justas bandeiras no Congresso.

As outras forças políticas, principalmente os militantes ligados ao Partido dos Trabalhadores têm feito uma grande mobilização, com viagens pelo Brasil, seminários regionais e convites a outros partidos, com o objetivo de deslocar a principal força da liderança na UNE. A compreensão e apoio das outras frentes (parlamentares, sindicais e de outras instituições) é fundamental nessa disputa. **(Waldemar de Souza, da Comissão Nacional de Juventude do PC do B)**

Um partido que honra o Brasil

Queria comunicar-lhes que assisti ao programa político deste partido na quinta-feira última, dia 23, e fiquei deveras encantado com o alto nível do programa. Raramente a TV mostrou algo semelhante. Queria parabenizar-lhes e externar-lhes a minha simpatia pelo partido que honra o Brasil.

Confesso (para minha vergonha) que votei em Fernando Henrique Cardoso: afinal de contas, ele foi meu professor durante um semestre na USP e eu fiquei empolgado com o que ele dizia em classe. Recebi carta da equipe dele, pedindo meu apoio à sua candidatura... Mais uma vez fui na onda. Mas confesso que votei com muita ansiedade, pois desde que o vi andando com o senador Marco Maciel entrei em pânico. Mais de três meses de (des)governo e após traduzir para o português o livro de um filósofo espanhol, Neoliberalismo, sim ou não? (que bate com tudo o que vi no programa de vocês), não tenho mais dúvida: Fernando Henrique é o representante des-

ta ideologia pestilenta, e toda esta corja (Maciel, Sarney, Arida etc.) que o rodeia não me inspira a menor confiança. Foi uma alívio saber que o PC do Brasil está atento ao que estão fazendo estes traidores do Brasil, submissos ao FMI e ao capital internacional.

Sou povão, um mero professor da rede pública, nunca pertenci (como filiado) a partido algum, mas minha família, por exemplo, votou em Freire para a presidência, quando ele foi candidato. Respeito o PT, mas acho que o PC do Brasil é realmente um monumento, com uma história, digno do respeito de todos os brasileiros.

Não me filio a partido porque participo de um grupo de reflexão ecumênica da ala inteligente da igreja católica (Leonardo Boff e teólogos desta linha), profundamente interessado em política. Mas deixo-lhes meu endereço e meu telefone para tudo o que eu puder fazer para apoiar vocês.

João Paixão Netto
São Paulo - SP

Nota do PC do B do RS

Quando a falsidade e a mesquinhez são os disfarces da traição, tudo é pretexto. E pretexto não faltou, nos últimos tempos, para a ex-vereadora do PCdoB em Porto Alegre, Maria do Rosário, arquitetar seu afastamento do Partido, agora consumado.

Nestas ocasiões, a prática de mistificar a liberdade, dizendo-se sua defensora, é sempre um despiste rancoroso de quem substitui o sagrado ideal humanista por outros interesses. E pela vaidade.

Assim se tornou a ex-comunista. E assim seu ataque ao Partido do Socialismo se confunde com a linguagem obscurantista dos neoliberais. Perda de Tempo! A história de luta e coe-

rência do PCdoB é largamente reconhecida.

Dezenas de reuniões, de fóruns partidários diferentes, foram realizadas, também para ouvir Maria do Rosário. Mas a cada debate, sempre mais, ela franzia a cara, como que dizendo: "Nada, já estou em outra".

Espera-se ao menos um gesto final de dignidade ética: devolva o mandato de vereadora conquistado ao abrigo do legendário PCdoB. Em nome dele, sua militância pediu voto ao generoso povo de Porto Alegre.

A ele, aos trabalhadores, homens e mulheres, o PCdoB reafirma sua inabalável determinação de combater pela emancipação da escravidão do capital, pelo Socialismo.

Projeto de Programa Socialista

Na segunda versão do **Projeto de Programa Socialista** há um erro de revisão na **página 19**. Sob o título **A Construção Econômica, o item 44** traz, a mais, as palavras o comércio. A redação correta é a seguinte: "**Serão nacionalizados os bancos, tendo em vista o controle do sistema financeiro, bem como o comércio exterior, os portos e os meios de transporte essenciais**".

Assine A Classe Operária

Nome.....

Endereço.....

Cidade..... Estado.....

CEP..... Fone.....

- Assinatura anual (12 edições) = R\$ 20,00
 Assinatura anual de apoio = R\$ 30,00

Envie cheque nominal à Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - CEP 01318-020

A Classe Operária

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Sedes Regionais do PCdoB

ACRE - Rio Branco - Rua Rio Grande do Sul, 65 - (068) 224-7329 - ALAGOAS - Maceió - Rua Santos Pacheco, 308 - (082) 221-4634 - AMAZONAS - Manaus - Rua Luiz Antony, 762 - (092) 233-7717 - AMAPÁ - Macapá - Avenida Feliciano Coelho, 882 - Bairro do Trem - BAHIA - Salvador - Rua José Duarte, 5 - Tororó - (071) 321-6420/321-6622 - CEARÁ - Fortaleza - Rua São Paulo, 1037 - (085) 221-4090 - DISTRITO FEDERAL - Brasília - HGS 704 BL G Casa 67 - (061) 225-8202/225-3933 - ESPÍRITO SANTO - Vitória - Rua Professor Baltazar, 152 - (027) 222-8162 - GOIÁS - Goiânia - Avenida Anhangüera, 3595 - Edifício São Luiz - Sala 3 - (062) 212-4014 - MARANHÃO - São Luiz - Rua da Viração, 115 - Centro - (098) 221-5053 - MINAS GERAIS - Belo Horizonte - Rua padre Belchior, 285 - (031) 222-3161 - MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande - Rua Maricaju, 248 - Sala 15 - MATO GROSSO - Cuiabá - Rua Comandante Costa, 548 - Fundos - (065) 321-5095 - PARÁ - Belém - Rua Senador Manuel Barata, 1157 - Reduto - (091) 222-8733 - PARÁIBA - João Pessoa - Rua Pedro II, 932 - (053) 221-8325 - PERNAMBUCO - Recife - Rua Afonso Pena, 233 - Boa Vista - (081) 231-2038 - PIAUÍ - Teresina - Rua Desembargador Freitas, 1216 - (086) 221-1162 - PARANÁ - Curitiba - Rua André de Barros, 22 - (041) 222-6323 - RONDÔNIA - Porto Velho - Rua Tenente Aranha, 3216 - Orlaria - (069) de maio, 33 - 16º andar - conjunto 1601 - (021) 240-5286/532-4118 - RIO GRANDE DO NORTE - Natal - Rua Vaz Gondin, 86 - Praça Kennedy - (084) 222-6323 - RONDÔNIA - Porto Velho - Rua Tenente Aranha, 3216 - Orlaria - (069) 222-4242 - RORAIMA - Boa Vista - Avenida Mario Homem de Melo, 1051 - (095) 225-1546 - RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre - Rua Dr. Vale, 142 - Floresta - (051) 222-6323 - SÃO PAULO - São Paulo - Rua Condessa de São Joaquim, 272 - Liberdade - (011) 607-8483 - TOCANTINS - Gurupi - Av. Goiás, 1962B - (063) 221-8325

O mundo mudou?

Algo, além dos previstos aviões de carreira, com suas rotas e horários, surgiu nos céus de Brasília. O campo de pouso do Palácio do Planalto, que apresentava uma rotina previsível quando a popularidade do presidente estava em alta, virou Torre de Babel; ninguém se entende. Repentinamente a agressividade do governo foi perdendo velocidade, entre marchas e contra-marchas. A fúria inicial para fazer aprovar as propostas de emenda constitucional, deu lugar ao impasse após a primeira derrota - na reforma da Previdência. E coisas diversas vêm acontecendo num ritmo cada vez mais frenético.

O governo ficou mais vulnerável à pressão interna por cargos de seus aliados e começou a distribuí-los à farta, trocando-os por apoio no Congresso, sem conseguir administrar as brigas nas bancadas federais e estaduais entre PSDB, PFL, PMDB e PP pelo segundo escalão. Outras lutas intestinas em curso, como a dos ruralistas pela redução dos juros (que resultou noutra derrota do governo), somaram-se às crescentes dificuldades. As pressões externas, com o aporte de manifestantes de todo o país na Praça dos Três Poderes, em luta pelas mais diversas razões (estudantes contra a medida provisória da educação, aposentados contra o achatamento de benefícios etc), convergiu todas as idades contra a reforma da Constituição. Isto provocou até uma atitude cautelosa do presidente da Câmara, Luiz Eduardo Magalhães (PFL): uma cerca de arame para conter os afoitos lutadores.

Eles não entendem nada

Finalmente deu na *Veja*. O ministro da Justiça, Nélson Jobim, disse o que todo mundo sabia, acrescentando a confissão explícita do comando reformista: "não entendemos nada de petróleo ou de telecomunicações". A patética de-



Manifestação contra FHC no Rio de Janeiro em 17 de março

claração, segundo a revista, saiu de uma reunião da equipe governamental na Granja do Torto, na qual Jobim transferiu para os ministros a defesa dos aspectos pontuais da reforma.

A confusão que tomou conta da equipe do governo tem várias origens, mas uma delas é consequência direta do terror criado pelo governo junto à população com o anúncio do fim das aposentadorias por tempo de serviço: nas universidades públicas, entre muitos outros exemplos, 14% dos professores encerram sua vida acadêmica temendo o que pode sair do Congresso. Outra, são as derrotas parlamentares que vem acumulando, como a da emenda que pretendia subordinar o aumento do salário mínimo à reforma da Previdência, derrotada no Congresso.

No entanto, a causa mais importante do caos está na presidência: o país está beirando o desgoverno com um desastre iminente rondando a economia. Quase ao mesmo tempo, o próprio FHC, após a elevação das alíquotas de importação, ofereceu outra explicação patética para este outro fato, uma súbita mudança de rumo. "O mundo mudou". Ou desabou sobre sua cabeça. Isto pode ter se dado na semana em que o país perdeu quatro bilhões de dóla-

res com o vazamento da informação sobre a mudança cambial.

Privilegio para amigos

Além dos que lucraram internamente (alguns dos chamados *dealers*, o seleto círculo de banqueiros que compra dólares, diretamente do Banco Central) é incalculável o lucro dos que, privilegiados pelo fuso horário na Europa, souberam da informação repassada por Pêrsio Arida, presidente do BC, ao ministro da economia argentina, Domingos Cavallo. Somente para que se tenha idéia do montante envolvido: o governo anunciou a privatização de 14 estatais que, somadas, estariam valendo quatro bilhões de dólares, mas que, leiloadas, não alcançariam o mesmo valor, pois parte significativa da operação vem na forma de "moedas podres".

O que de fato mudou no mundo de FHC foi provocado pelo tombo do Plano Real, inicialmente amparado em reservas cambiais propaladas no valor de 42 bilhões de dólares. As estimativas apontam uma queda de 30% nestas reservas, e, do restante - cerca de 30 bilhões - a metade seria composta por capitais especulativos, o que não deixaria ao governo sequer a

liquidez necessária para o pagamento dos serviços da dívida que vencem este ano - algo em torno dos 20 bilhões de dólares. Com a fuga de dólares que se deu com a crise, o governo, que vinha permitindo o acúmulo de déficits comerciais sucessivos (o maior da história do país, segundo o jornal Folha de São Paulo de 23/03), teve que conter as importações, abortando um item fundamental da fórmula neoliberal. Se havia estabilidade monetária, liberalização cambial e juros altos, os capitais especulativos viriam, como vieram, e já não seria necessário o superávit na balança comercial para arcar com os juros da dívida. Mas, a mudança ocorrida ao sabor de lutas internas na equipe econômica e o vazamento, serviram para mostrar a absoluta fragilidade do plano do governo.

Fria nuvem de 13 bilhões

O governo FHC entrou, literalmente, numa fria nuvem de 13 bilhões de dólares em capitais especulativos que se movimentam pelo mundo, e, tal qual o México e a Argentina, somente atraiu um volume que mal representa uma suave neblina. Mas que, ao passar, vai deixando efeitos de tempestade.

Para complicar ainda mais a situação de FHC, praticamente toda a imprensa resolveu avaliar seus primeiros cem dias de governo, mostrando um balanço altamente negativo, onde o saldo são medidas provisórias (que, na essência, servem para impedir que o Congresso exerça seu poder) e desvios nos gastos com o Fundo de Emergência. Para completar, o inevitável paralelo com um de seus antecessores, também Fernando: além da semelhança dos programas de governo, a necessidade de auto-afirmação nos gestos e na gritaria, transparecendo fragilidade. Aliás, FHC fala tanto na necessidade dessas reformas que devemos erguer os braços e prazas para conferis sua disposição. (Luiz Carlos Antero, colaborador da Classe)

CURTAS

■ Aconteceu em Brasília, de 7 a 9 de abril, o Encontro Nacional de Educação da Corrente Sindical Classista (CSC). Teve a presença de 80 participantes, representando 29 entidades de dez estados. Debateu Conjuntura Nacional, Reforma da Constituição e Educação, Neoliberalismo e Educação e Organização Sindical na Educação.

O encontro decidiu reafirmar o documento "Tarefas Classistas para 1995", aprovado no Seminário Nacional da CSC, lutar contra o governo FHC, que está legislando sobre educação na base da MP e ignora o projeto de LDB que agora tramita no Senado e já foi aprovado pela Câmara.

Aprovou ainda a elaboração um projeto de educação da CSC.

■ A Corrente Sindical Classista realizou diversos encontros estaduais para discutir a luta dos trabalhadores contra as reformas neoliberais e a organização da Corrente. No Rio Grande do Sul, a CSC reuniu 84 participantes, que representavam 32 entidades de 13 municípios. Em Santa Catarina foram 40 participantes de 11 entidades e oito municípios. No Ceará, 91 participantes de 19 entidades, 17 urbanas e duas rurais.

Na Bahia, aconteceu o Encontro Nacional dos Bancários da CSC, com 85 pessoas representando 20 entidades de nove estados.

■ Acontece de 24 a 28 de abril o 6º Congresso da Contag (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura), em Brasília. Este Congresso tem significativa importância, pois vai discutir a filiação da Contag a CUT. Cerca de 1950 delegados deverão participar do encontro. A CUT deverá ter pouco mais de 50% do total de delegados. A CSC, que atua na CUT, deverá ter 10% do total.

■ Sete diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e um membro da CIPA foram espancados por seguranças da Fiat Automóveis, porque desenvolveram um arrastão depois da paralisação do setor de funilaria da empresa. Eles foram agredidos e retirados à força da fábrica. Logo depois, deram queixa na delegacia de polícia.

No dia seguinte, desmentindo a versão da empresa, de que os sindicalistas estariam obrigando os trabalhadores para-rem à força, os trabalhadores do setor de Pintura fizeram uma paralisação que durou uma hora e meia, partindo depois para um arrastão que durou 10 minutos, atingindo o setor de Lixamento da Carroceria. Agora, a Fiat demitiu quatro metalúrgicos do setor de pintura por justa causa. E ameaça fazer o mesmo com os diretores do Sindicato.

A Fiat Automóveis desenvolve uma política de cooptação dos trabalhadores e de repressão. Mas isso não impede a indignação da categoria com os baixos salários. Os trabalhadores querem equiparação salarial com os metalúrgicos do ABC.

OAB em oposição à reforma

A posse do novo presidente da OAB, Emando Uchoa Lima, realizada em Brasília, no Memorial JK reuniu membros dos três poderes e parcela significativa da intelectualidade.

O tom dos pronunciamentos revelou a indignação que paira sobre a sociedade diante dos absurdos contidos nas diversas propostas de emenda constitucional.

Emando Uchoa, representando agora os 360 mil filiados à entidade disse que "reformas são necessárias, mas não no modelo do neoliberalismo, que tenderia a agravar as desigualdades". E acrescentou: "reformas devem ocorrer nos moldes da democracia, a OAB estará atenta à nefasta influência de grupos minoritários que querem desnacionalizar o país e destruir os direitos e garantias constitucionais con-

quistados pelo povo".

A posse ocorreu após a realização de um seminário que afirmou a oposição firme da OAB frente às várias propostas de reforma apresentadas pelo governo.

Nas conclusões gerais sobre as mudanças propostas pelo governo no capítulo da Ordem Econômica, a OAB afirma que o pacote de seis emendas é destinado a tornar total o controle da economia brasileira por capitais estrangeiros.

"Elas revogam totalmente a concepção e a estrutura inscritas pelos constituintes de 1988 - expressando o sentimento dos cidadãos que lhes deram mandato para reconstitucionalizar o país - pretendendo mesmo atingir as áreas estratégicas mais essenciais preservadas expressamente na Constituição em vigor."

OS JUROS INTERNACIONAIS, A CRISE CAMBIAL E O FIM DO PLANO REAL

O príncipe está nú

Na segunda semana de março o país assistiu perplexo a primeira crise cambial do Plano Real. Acusado de ter causado a crise com trapalhadas da equipe do Banco Central, o governo pôs a culpa nos "especuladores", que queriam tumultuar o mercado para ganhar dinheiro fácil, prejudicando a estabilidade monetária e o "sucesso" do plano Real.

Passada a tempestade, o governo proclamou sua vitória sobre os "especuladores irresponsáveis e impatriotas" e o país contabilizou uma perda de reserva de mais de quatro bilhões de dólares. A mídia se deu por satisfeita com esta versão e o povo continuou perplexo e cada vez mais desconfiado do tal sucesso do governo e do seu Plano.

Mas o que o governo e a mídia não explicaram é como se "ganhou" a batalha contra os especuladores, cedendo tudo para o mercado, incentivando o tal "capital especulativo" e deixando o país ainda mais vulnerável aos movimentos do

Plano faz água por todos os lados



ortado em uma época de juros internacionais baixos, agora que os juros subiram lá fora, o Plano Real faz água por todos os lados, e deixa o governo sem norte e sem mais estratégia para governar.

Quando os juros no mercado internacional começaram a cair a partir de 1988, os bancos e os organismos internacionais - dentro do quadro mais geral do neoliberalismo - induziram os países do Terceiro Mundo, em especial os da América Latina, a fazerem uma política de incrementar a vinda destes capitais sobrando, que estavam atrás de boas taxas de juros para compensar as baixas taxas dos mercados tradicionais. Assim começaram a surgir os chamados "mercados

As condições para a vinda do capital externo

lógica desses planos de estabilização é relativamente simples de entender. A estabilidade monetária é o principal porque ela é a condição mais importante para o capital externo vir, pois com ela é possível se fazer cálculos confiáveis sobre a taxa de juro real que se está recebendo e se cria um clima de previsibilidade. Os juros altos são primordiais para o capital, sempre desconfiado, entrar nestes países. Quando lá fora não era possível, até o início de 1994, ganhar mais do que três ou cinco por cento ao ano, aqui era possível ganhar-se até 20 por cento ou mais.

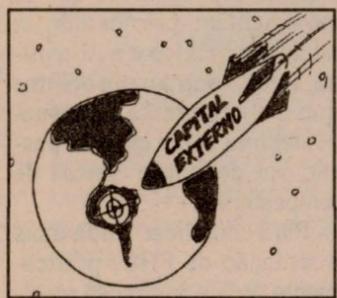
A liberalização do câmbio é necessária para dar aos investidores externos a facilidade de troca de moeda, visando facilitar a sua entrada e, principalmente, garantir a sua saída, quando lhes aprouver.

Assim como também é necessário amarrar a moeda nacional ao dólar para dar também mais confiança a estes investidores (todos adotaram

capital externo.

Também não se explica o verdadeiro significado da crise, reduzida que foi a um "ataque especulativo" e quais são as verdadeiras perspectivas que sobram ao Plano Real e o que aguarda a Nação.

emergentes": em troca do pagamento de altas taxas de juros, estes países tinham grande entrada de capitais para financiarem seus processos de desenvolvimento. Foi a época dos planos de estabilização. Primeiro o Chile, depois as reformas do México de 1988, o Plano Cavallo da Argentina e o da Bolívia, em 1991, reformas mais mal sucedidas como as da Venezuela de Andrés Perez e, por fim, no Brasil, começando com Collor (especialmente com Marcílio Marques Moreira) e culminando no Plano Real de Fernando Henrique. Elegeram a estabilidade monetária como principal objetivo, praticaram política de juros altos, liberalizaram o câmbio e as importações, adotaram políticas monetárias ancoradas no dólar, ajuste fiscal e agressivos programas de privatização. Todos esses planos tinham as mesmas características, porque provinham da mesma matriz de interesses: os do grande capital internacional e de seus parceiros internos.



algum tipo de dolarização, das assumidas, como na Argentina, ou a do Brasil, que é envergonhada).

Como o serviço da dívida destes países passa a ser financiado com a entrada desses investimentos, não são mais necessários grandes superávits comerciais e para garantir o meio circulante enxuto é até "desejável" que haja déficit comercial, daí a necessidade da liberalização das importações.

Por fim, as privatizações são fundamentais - além da necessidade neoliberal de diminuição do Estado - para criar oportunidades de investimentos e ganhos para atrair os capitais externos.

Mas isto tudo só pode funcionar, é claro, se houver capital disposto a vir para cá. O que começou a dar errado foi que, a partir do início de 1994, os juros internacionais começaram a subir espetacularmente, chegando, nos EUA, a duplicar em 10 meses. Os capitais, agora com boas chances de remuneração no Primeiro Mundo, voltaram as costas aos mercados emergentes. Com o estancamento do fluxo de dinheiro externo, os planos de estabilização, que até então geravam uma ilusão de crescimento e prosperidade, deixaram de funcionar; e o México quebrou em menos de um ano.

Agora só restou a estes países as contas para pagar e uma pesada herança de recessão prolongada e de economias totalmente vulneráveis a acontecimentos externos.



De repente, as autoridades, de grandes estrategistas, passaram a ter que atuar no curto prazo, apagando incêndios. Dentro em pouco nossos orgulhosos economistas formados em Harvard, estarão reduzidos a fazer a política de feijão-com-arroz da sobrevivência, como nos tempos de Sarney e Mailson da Nóbrega.

Aliás, já começaram a fazê-la. Tentam deter a deterioração das nossas contas externas, concedendo privilégios fiscais aos exportadores às custas do Tesouro ou sobretaxando a importação de bens duráveis para economizar um ou dois bilhões de dólares na balança comercial, mas não fazem absolutamente nada para deter a sangria da dívida externa (só este ano deveremos pagar US\$ 16,2 bilhões de serviço), ou renegociar o acordo da dívida de 1992 que nos obrigará a desembolsar, até o ano 2000, 141 bilhões de dólares, quase o dobro do que pagamos nos sete anos anteriores a 1994.

Dobram as taxas de juros para conter a fuga do capital externo, tomando cada vez mais difícil o controle do déficit público decorrente das enormes despesas com os juros que alimentam os lucros



Esta mudança de conjuntura internacional pegou, no Brasil, o Plano Real no contra-pé. Agora temos políticas de abertura cambial e comercial, pagamos juros altos e não há mais capital querendo vir para criar "crescimento". Cortamos despesa governamental até o sucateamento dos serviços públicos para privilegiar a estabilidade e não atrapalhar a dívida pública. Em troca, teremos só recessão. E não paramos de perder nossas tão decantadas reservas, que custou os olhos

Estrategistas passam a apagar incêndios

desses investidores. Isto faz com que seja cada vez mais difícil executar o orçamento da União e dos estados, gerando a necessidade de fazer novos cortes nas despesas de custeio e investimento, inviabilizando o funcionamento da máquina pública.

Neste quadro mais geral de falência do Plano Real é que podemos entender o verdadeiro significado da crise de março. Ela apenas assinalou o fim da lua de mel do mercado financeiro internacional com o Plano Real, impondo ao governo brasileiro a dura lógica do capital de sempre procurar melhores e mais seguros ganhos, sem nenhuma preocupação com os danos que venha a causar a um governo ou a uma nação.

Mas se o plano perdeu sua consistência, o governo continua a defesa das políticas que eram por ele justificadas.

30% de inflação: estabilidade vira farsa

Mesmo do ponto de vista de garantir uma estabilidade imediata, o Plano Real também já fracassou. Ainda é justificável que um plano de estabilização tenha acumulado ao longo de seus primeiros nove meses de vigência uma inflação de 27,5 por cento; mas quando a previsão oficial é de termos até o fim de de 1995 uma taxa inflacionária de 30 por cento, fica evidente que mesmo a estabilização, também já virou uma farsa. Como na história da roupa invisível do rei, quem tem olhos

da cara da nação para juntar (só no ano passado as reservas devem ter nos custado US\$ 8 bilhões em diferencial de juros).

E o pior é que, sem investimento estrangeiro, mesmo a alto custo, para financiar nosso déficit externo não é possível manter nenhuma estabilidade monetária, pois a volta da política de incentivo às exportações, via desvalorização cambial, levar-nos-á de volta à espiral inflacionária.

E como a tendência de alta dos juros internacionais deve perdurar pelos próximos anos, o governo Fernando Henrique descobriu, ao acordar no dia seguinte da posse, que não tinha mais nenhum plano que funcionasse, que não tinha mais nenhuma estratégia para oferecer ao país crescimento ou mesmo estabilidade.

Políticas que implicaram em uma série de mudanças que são agora coroadas pelas reformas na Constituição, tanto no capítulo da Ordem Econômica (quebra dos monopólios estatais) como na Previdência, cuja reforma tem por objetivo inconfessável - não a viabilização do sistema previdenciário público - abrir também este mercado para a iniciativa privada, ou seja, criar também aí oportunidades de negócios para atrair capitais externos.

Tudo isso na tentativa de continuar atraindo os capitais externos, tarefa tão improvável quanto cada vez mais custosa para os cofres públicos. Não que não se possa atrair algum dinheiro estrangeiro, mas nunca na quantidade exigida para viabilizar a estratégia original do Plano Real que era de usá-lo para financiar o déficit externo.



Energia é a questão

Sob o eufemismo de flexibilização, o governo FHC encaminhou ao Congresso Nacional emenda para reformar a Constituição, quebrando o monopólio estatal do petróleo e anulando a Petrobrás como seu executor em todas as fases, desde a pesquisa, lavra de jazidas, refino, comércio exterior e transporte de petróleo. Tudo isso "justificado" em apenas quatro pequenos parágrafos, sem nenhum dado técnico ou econômico, mas recheado das palavras vazias de modernidade, competitividade...

É necessário, mais do que nunca, focar corretamente a discussão acerca do petróleo. Afastada a cortina de fumaça, revela-se a disputa, hoje no mundo, pelas fontes de energia.

O desenvolvimento de qualquer país, sua economia nacional, seu planejamento estratégico, sua sobrevivência e soberania, dependem essencialmente, do seu aporte energético. E se óleo e gás correspondem a 52% da fonte energética mundial, não resta dúvida quanto ao aspecto altamente estratégico do petróleo, sem substituto para o próximo século.

Na alça da mira

Os países desenvolvidos têm expressivo consumo de petróleo e seus derivados. Contudo, não possuem reservas para assegurar suas demandas. Os EUA têm reservas declinantes com sobrevida para apenas 5,7 anos; o Canadá para 13,3 anos; o Reino Unido para 6,2 anos. Japão, Alemanha, Itália, França, Espanha, entre outros, não tem petróleo. Em matéria de energia, portanto, os países do G-7 agonizam.

Enquanto o consumo concentra-se em países que não possuem reservas para sustentá-los (mas com poder econômico, político e militar), as grandes reservas localizam-se em poucos países árabes, africanos e latino-americanos que podem exportar o produto. Estes países, sem exceção, controlam rapidamente, no limite de suas possibilidades, o setor petróleo através de suas estatais. Em

tais condições, a América Latina torna-se alvo de relevância. México, Argentina e Venezuela já foram mortalmente atingidos e, agora, o Brasil está na alça da mira, principalmente do governo americano, que não mediu esforços para atingir seus objetivos no golfo Pérsico.

As reservas brasileiras, em elevação constante e com perspectivas de auto-suficiência, indicam a importância do Brasil no mundo. Os dados e formulações públicas do governo não se sustentam. Contudo, aliam-se no intento de asfixiar a Petrobrás, empresa que alcançou maturidade operacional e tecnológica. É nessa condição, com eficiência e responsabilidade, que essa empresa cumpre a sua missão, mesmo tendo distorções gerenciais que podem e devem ser corrigidas.

Recursos próprios

É constrangedor o cinismo de quem fala na inexistência de recursos para investir na Petrobrás, pois ela gera recursos próprios e, há 40 anos, investe no Brasil sem se socorrer do tesouro público. Por outro lado, movimenta 3% do PIB e paga US\$ 4,5 bilhões por ano de impostos, enquanto o sistema financeiro movimenta 24% do PIB e paga aos cofres públicos US\$ 3,5 bilhões por ano.

A Petrobrás gera 1,5 milhões de empregos indiretos, jamais deixou o país desbastado em 41 anos de existência, inclusive nas regiões mais longínquas onde a BR ocupa 100% na distribuição, pois as multinacionais lá não chegam por compreenderem não ser lucrativo.

A nossa estatal compra no mercado nacional 15% dos bens e serviços usados nas suas atividades... Ganha prêmios internacionais de tecnologia onde as empresas que esposam contratos de risco se negam a enfrentar desafios.

Para ampliar recursos para a nossa estatal, bastar-nos-ia mudar a estrutura de preços da gasolina praticada no Brasil, pelos sucessivos governos, através do Departamento Nacional de Combustíveis. Como está, favorece as dis-

tribuidoras privadas e multinacionais como a Shell, que não recebe tratamento tão doce no "berço do liberalismo", os EUA, ou no mundo.

O custo do litro da gasolina para o consumidor no Brasil é US\$ 0,53, e de US\$ 0,29 nos EUA. Aqui o refinador (Petrobrás) fica com 14%, lá com 68,2%. Aqui, as distribuidoras ficam com os mesmos 14%, lá com apenas 2%; aqui, a estatal paga 36% de impostos, lá, 24,5%. Essa situação o governo não explica, mas sabe que uma alteração, mesmo pequena, resultaria num volume de investimento importante para aumentar a vitalidade do setor. Por que não é feita?

Raciocínio de coca-cola

Em 40 anos a Petrobrás investiu mais que todas as multinacionais juntas em toda a história econômica do Brasil em todos os segmentos: US\$ 80 bilhões contra US\$ 72,5 bilhões. E, durante 15 anos de contratos de risco, as multinacionais investiram menos de 5% do que a Petrobrás investiu. Das dez maiores empresas petrolíferas do mundo, nove são estatais e a brasileira está entre estas. Sob seu comando, há vários anos, e sem ferir a legislação vigente, contrata, terceiriza, realiza leasing e parcerias.

Na Argentina, após a "flexibilização", a YPF foi privatizada e três multinacionais dominam as reservas petrolíferas do País e de forma predatória, na busca do lucro, reduziram a sobrevida destas de 12 para oito anos.

E continuam falando em modernidade e competitividade.

Será que é moderno abrir mão de nossa fonte energética e ficar nas mãos dos interesses de outros países, ou de grandes empresas multinacionais?

A tão chamada competição não é temida, o que devemos definir é se queremos uma Petrobrás que se vincule ao desenvolvimento e abastecimentos nacionais, ou com o raciocínio de uma Coca-Cola.

Por isso, defender Brasil é defender o monopólio estatal do petróleo e a Petrobrás. (Jan-dira Feghali - deputada federal PCdoB/RJ)



João Amazonas e Jung Chung na sede do PC do B

"Cisnes Selvagens"

A escritora chinesa radicada em Londres, Jung Chung, esteve no Brasil nos primeiros dias de abril, cumprindo ampla programação cultural em São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, onde fez o lançamento do seu livro "Cisnes Selvagens", editado no Brasil pela Companhia das Letras.

O livro retrata a vida de três gerações de mulheres chinesas - sua avó, sua mãe e ela própria - abarcando largo período histórico, desde o início do século até os dias atuais.

A escritora detém-se em particular no conturbado período da "Revolução Cultural" e, sem a pretensão de teorizar, revela erros cometidos pelos chineses sob a direção do líder Mao Tsétung, morto em 1976.

Jung Chung anunciou que está fazendo ampla pesquisa sobre a vida do ex-dirigente chinês, cuja biografia está escrevendo. Com esse objetivo ela visitou o presidente nacional do Partido Comunista do Brasil, João Amazonas, ao qual pediu que falasse sobre

seu encontro com Mao Tsétung, em 1963, e suas viagens à China, em 1967 e 1976.

Durante a entrevista, transcorrida em clima cordial na sede nacional do PCdoB, João Amazonas abordou o que conhecia sobre a China e Mao Tsétung, baseado em suas observações pessoais e apoiado nas posições críticas que o PCdoB assumiu desde 1977, em grande parte contidas no livro de sua autoria "O Revisionismo Chinês de Mao Tsétung", que alcançou grande repercussão no movimento comunista no Brasil e na Europa no final dos anos 70.

Considerando oportuna e correta a revelação dos erros cometidos na China sob a direção de Mao Tsétung, João Amazonas reafirmou sua condição de comunista, sua inabalável confiança no triunfo do socialismo e os laços de amizade com o povo chinês e o Partido Comunista da China, que se esforça pela construção do socialismo.

PC do B ganha liminar no STF

O Supremo Tribunal Federal concedeu liminar ao Partido Comunista do Brasil que, junto com o PDT ingressou com ação de inconstitucionalidade contra a MP 932, que permitia às escolas particulares repassarem para as mensalidades não só o aumento dos professores e a inflação acumulada desde julho passado, mas também qualquer outro aumento nos custos das escolas.

Como sempre, os donos de escolas e parte de imprensa se fazem de espertos e procuram dar um entendimento

diferente à decisão do STF.

Na Câmara Federal, o deputado Ricardo Gomyde (PCdoB/PR) criticou essa postura e disse que essa MP, ao permitir reajustes mensais, fere ato jurídico perfeito, ou seja, os contratos assinados por ocasião da matrícula. Gomyde disse ainda que em seu projeto de lei de conversão das mensalidades, o deputado Paes Landim não contempla esse entendimento do STF. Por isso, conclamou o Congresso a derrotar a proposta de Paes Landim.

Ativos sindical e comunitário

O PCdoB realiza, no dia 5 de maio, um ativo sindical nacional. Participam secretários sindicais dos diretórios regionais e membros da CSC na Executiva Nacional da CUT. O ativo vai fazer um balanço da luta contra a reforma constitucional, a estruturação nacional da CSC e a atuação do PCdoB nos sindicatos. O encontro será na

sede nacional, em São Paulo.

No dia 12 de maio o PCdoB promove em Brasília, das 9h às 18h, um ativo nacional do movimento comunitário. Participam um ou mais representantes de cada diretório regional, os membros da fração da Conam e todos os comunistas membros do Conselho Deliberativo da Conam.

Deputados interpelam ministros

Os deputados estadual do PCdoB/SP, Jamil Murad e Nivaldo Santana ingressaram na Procuradoria Geral da República com representação contra o ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes.

A representação é justificada pelos fortes indícios de que o Ministro adotou métodos imorais e ilegais para se aposentar aos 46 anos de idade, 22 anos depois tornar-se funcionário público.

Jamil Murad e Nivaldo Santana requerem instauração de inquérito civil para apurar o real tempo de serviço de Stephanes. Caso seja comprovada a fraude, que sejam adotados os procedimentos judiciais necessários ao cancelamento dos benefícios indevidos, bem como o ressarcimento aos cofres da Previdência.

Requerem, ainda, o oferecimento de denúncia crime por falsidade ideológica e/ou outros tipos penais identificados, caso seja caracterizada a fraude.



Programas de rádio e TV nos estados.

O Partido Comunista do Brasil, além do programa nacional de rádio e televisão está produzindo programas estaduais para serem veiculados segundo o que permite a legislação da maioria dos Estados.

No dia 1º de abril foi ao ar o programa em Brasília; no dia 1º de maio será no Rio Grande do Sul, no dia 13 de maio, novamente em Brasília, e no dia 22 de maio, no Rio de Janeiro.

Bases para um Estado submisso

José Serra, ministro do Planejamento de Fernando Henrique Cardoso, divulgou um documento oficial em Jerusalém, durante a reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no dia 6 de abril, dizendo que o governo venderá no segundo semestre deste ano mais 17 empresas estatais.

Entre elas estão a Ecelsa e a Light, do setor elétrico, o Banco Meridional, mais 13 empresas do setor petro-químico e químico - com destaque para a Copene -, e a Rede Ferroviária Federal (RFFSA). Esta última será desmembrada em seis redes regionais e a privatização das linhas e do material rodante se dará via arrendamento ao setor privado, que não terá qualquer responsabilidade sobre os atuais passivos da companhia. Todas as outras serão vendidas pelo sistema de oferta de suas ações em leilões a serem realizados nas bolsas de valores.

Serra mostrou todo o seu servilismo diante dos senhores das finanças internacionais dando-lhes, em primeira mão, a notícia da venda de empresas públicas brasileiras. Disse que com o negócio o governo espera arrecadar US\$ 4 bilhões, não incluindo o dinheiro a ser levantado com o arrendamento dos serviços ferroviários, e não especificando também qual a proporção do montante será constituído por dinheiro vivo ou por moeda estrangeira.

Mas fez questão de frisar perante "a seleta platéia" que, atualmente a legislação brasileira permite que investidores estrangeiros sejam proprietários de até 100% das companhias privatizadas e que os credores internacionais têm autorização para usar títulos da dívida externa na compra das ações das companhias a serem vendidas pelo governo, sem desconto em relação aos valores nominais destes papéis, quando todos sabem que no mercado eles são negociados com uma quebra de 30% de seu valor de face. Concluiu, portanto, que será grande o volume de moeda podre.

Além das 17 empresas de privatização anunciadas, está em fase final o relatório do grupo técnico do BNDES sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Dentro de mais alguns dias o resultado do estudo será encaminhado a Serra, listando as diversas hipóteses para a privatização: se a empresa será vendida como um todo ou em partes, se suas ações serão ofertadas no exterior ou não, se serão ou não incluídas as reservas minerais que possui, prazos, etc.

Vê-se desta forma que o governo, ao mesmo tempo em que atua em nível institucional com as emendas "flexibilizadoras" que encaminhou ao Congresso, adota

ousadas medidas práticas em relação às privatizações, em setores estratégicos da economia nacional.

O "novo Estado"

No domingo, 2 de abril, Serra havia escrito para a Folha de São Paulo, o artigo "Bases para um novo Estado", no qual resume sua opinião sobre o papel do Estado na economia, procurando embasar teoricamente as emendas à Constituição relativas à Ordem Econômica encaminhadas pelo governo ao Congresso Nacional, e justificar sua postura privatista e entreguista.

Não há muita novidade em relação ao que têm dito os ideólogos do neoliberalismo no Brasil. "O Estado cumpriu um importantíssimo papel no desenvolvimento do país, entrando em áreas que a iniciativa privada não podia ou não queria ingressar e apoiando de forma decisiva a implantação de um poderoso parque industrial." Mas o papel do Estado "muda à medida que as circunstâncias se modificam ..." e hoje, com as estatais em crise, o Estado deve se retirar destas áreas, que "serão fortalecidas ao se tomarem mais ágeis ... (através) da principal solução encontrada no Brasil (e) em outros países (que é) a privatização ..." Isto seria justificável entre outras coisas porque possibilitaria: 1) A redução da dívida pública; 2) A economia da capacidade gerencial do Estado; e 3) Possibilitar a realização de outros investimentos estatais.

Ao descrever a crise das estatais Serra chega a tocar no "peso da dívida externa assumida nos anos 70, agravada pelo choque dos juros internacionais no final da década de 70/início da de 80 e pelo corte posterior de financiamento externo". Mas, pela solução que propõe, deduz-se que fala nisto por mera questão de retórica.

A dívida pública, interna e externa não para de crescer, apesar de tudo o que o país vem pagando de juros e amortizações, inclusive com recursos advindos de cortes orçamentários em áreas como a saúde e a educação. Como o que tudo o que se arrecada e o que vem dos cortes não é suficiente para pagar as dívidas, a "lógica" neoliberal, diz

então que é necessário vender as estatais "para reduzir a dívida pública".

O que já aconteceu no México e na Argentina é emblemático: vendeu-se as estatais, conseguiu-se um fôlego imediato, mas, sem romper com o esquema da dependência, o dinheiro acabou. Aí a "solução" é vender, não mais empresas, mas recursos minerais e energéticos que o país ainda tem. Conclusão: mais submissão e mais exploração imperialista. Este é o caminho indicado por FHC, Serra, Malan, Menen, Cavallo, Zedillo e outros neoliberais.

Serra fala na mudança de circunstâncias históricas. Já no início do século, Lênin, estudando o capitalismo amadurecido, monopolista, dizia que seu desenvolvimento na questão nacional, enquanto tendência histórica, consistia "na multiplicação de toda espécie de relações entre as nações, na demolição das barreiras nacionais, na criação da unidade internacional do capital, da vida econômica em geral, da política, da ciência, etc." Alguma coisa substancialmente diferente se observa hoje em dia? Pelo contrário, a globalização se dá sob a hegemonia dos países imperialistas, com o aumento da submissão dos países dependentes.

A circunstância histórica não mudou. O que se esgotou no Brasil foi a capacidade das classes dominantes para formular um projeto de desenvolvimento nacional, mesmo que associado ao capital estrangeiro. Hoje, ela se limita a buscar a estabilidade para que a economia do país seja um mero complemento das economias altamente desenvolvidas. Qualquer pessoa que fale em defesa da soberania nacional é defensora de "tradições populistas e corporativistas ultrapassadas", diz Serra em seu artigo.

Um Estado que, na sua organização, reflita elementos de soberania nacional, é tido como "um Estado intervencionista dos anos 40 e 50". Em seu lugar, Serra, FHC e outros representantes das elites pretendem construir um Estado totalmente submisso. "Novo Estado" de boca e traição nacional de fato, que merece o repúdio de todos os setores progressistas da sociedade. (Dilermando Toni)

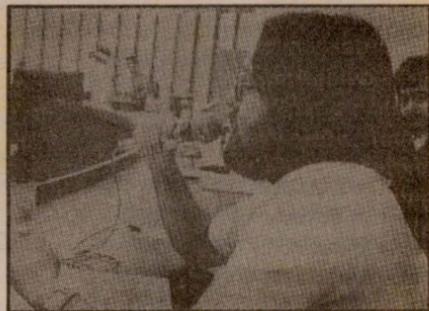


Intelectuais ingressam no PC do B

Dois dos principais escritores de Goiás, Brasigóis Felício e Yêda Schmaltz, filiaram-se recentemente ao PCdoB. Brasigóis é jornalista, poeta e prosador, autor de inúmeros livros, entre os quais "Hotel do Tempo" e "O Rosto da Memória"; é membro da Academia Goiana de Letras e ex-presidente da Conselho Municipal de Cultura. Yêda, professora de Estética e História da Arte da Universidade Federal de Goiás, é poeta, prosadora, autora, entre outros livros, de "A Ti, Atis", "O Peixenauta", "Alquimia de Nós" e "Miserere".

No informativo do PCdoB na UFG, os dois deram depoimentos sobre o PCdoB. Reproduzimos, abaixo, partes desses depoimentos:

Brasigóis Felício - "Filiei-me ao PCdoB, mesmo depois da queda do muro de Berlim e, depois das transformações ocorridas no Leste Europeu. Muitos foram os que colocaram em xeque esta minha opção. Você virou comunista logo agora que o comunismo acabou? Eu dizia: em primeiro lugar eu não virei comunista; desde que tenho vida inteligente e opção ideológica consciente, sou comunista. Em segundo lugar, o comunismo, a utopia de uma sociedade em que o homem



não seja o lobo do próprio homem, não morreu, e está mais vivo do que nunca. O modelo neoliberal, com sua selvageria no concentrar a renda, e ao relegar milhões de trabalhadores a integrar o exército marginal de reserva dos excluídos, faz ainda mais vivo o sonho do socialismo.

"Ingressei no PCdoB movido pelo sonho do socialismo, e pela admiração que nutro pela atuação de seus membros na luta pela democracia em nosso país. Não a democracia do faz-de-conta, que assegura: todos são iguais perante a lei, contanto que alguns possam ser mais iguais do que os outros.

Esse partido tem mantido extraordinária coerência e fidelidade aos ideais do socialismo. Não é, nem nunca foi, sigla de aluguel, ou escudo partidário de oportunistas e/ou aventureiros. Ao contrário do que muitos pensam, o sonho não acabou. Como sonhava o poeta John Lennon, ainda é possível - e é preciso - imaginar um mundo em que as pessoas - todas as pessoas e não só as bafejadas pela sorte - tenham igual e democrática oportunidade de serem felizes no planeta azul. Sim, eu acredito neste sonho - e por isso, como Neruda, cheguei até aqui, com esta bandeira e esta esperança."

Yêda Schmaltz - "Durante os meus longos anos de intelectual simpática às esquerdas mas não militante de partidos políticos, pude observar que, em Goiás, historicamente, o PCdoB, através dos seus representantes eleitos, foi sempre o partido das "minhas causas", das grandes causas: esteve sempre ao lado das minorias sofridas, dos trabalhadores em geral, dos estudantes, dos professores, dos artistas; esteve sempre contra os golpes militares, os abusos dos poderes, as corrupções, as falcaturias constantes no país e, fundamentalmente, nunca se vendeu, conchou ou pactuou para usufruir benefícios próprios - não conheço gente do partido que 'enricou', são todos tão singelos que me constroem".

"Quando vi, pela TV, Aldo Arantes enfrentando Newton Cruz, ou gritando impropérios para Pinochet, era eu! (Ele fazia o que eu desejava num gesto de coragem que não sei se eu teria).

É isto que sempre esperei de um meu representante: que me representasse. Por isso, e muito mais estou aqui e também, convenhamos, seria uma solução, se se emendassem as coisas, tudo que a documentação e Memória que tudo uma rima: não três; porque PCdoB, esperando por você.

CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

PCdoB se fortalece aos 73 anos

O Partido Comunista do Brasil completou, no dia 25 de março, 73 anos de existência. Por todo o Brasil, foram realizados atos e homenagens ao partido mais antigo do Brasil. Em vários estados, a comemoração aconteceu com o ingresso de novos militantes.



Amazonas fala para 500 pessoas. No detalhe, o público



João Amazonas faz palestra em São Paulo

O aniversário do Partido Comunista do Brasil foi comemorado em São Paulo com uma palestra de seu presidente nacional, João Amazonas, numa promoção do Diretório Regional.

Cerca de 500 militantes lotaram o salão do Parlatino, no Memorial da América Latina, para ouvir o veterano dirigente comunista reafirmar sua convicção de que o socialismo é o futuro da humanidade.

Amazonas falou também sobre alguns pontos do Projeto de Programa Socialista do PCdoB e incentivou a militância a estudar a realidade brasileira, para que possa contribuir na elaboração desse programa.

A necessidade do fortalecimento ideológico foi outro aspecto abordado pelo presidente do PCdoB. Este é um ponto fundamental para que o PCdoB se mantenha como um legítimo representante dos interesses da classe operária e dos interessados em superar o sistema capitalista.

80 novos filiados no Rio

Com o plenário da Assembleia Legislativa lotado, o PCdoB no Rio de Janeiro comemorou, em sessão solene, os seus 73 anos e o ingresso de mais de 80 novos filiados, entre lideranças populares, estudantes e pessoas oriundas de outras agremiações políticas (PT, PDT e PCB). O ato foi realizado no dia 27 de março e serviu também para marcar o relançamento do Projeto de Programa Socialista no Estado.

Prestigiaram o ato representantes de diversos partidos, como os deputados estaduais Carlos Correa e Tânia Jardim (PDT), Ciro Garcia (pres. regional do PSTU) Zuleide Farias de Mello (pres.



Elza Monerat recebe homenagem

nacional do PCB) e a deputada estadual Miriam (PMN).

Elza Monerat, do Comitê Central do PCdoB e que completou, em abril, 50 anos de militância foi homenageada, recebendo um buquê de flores de um jovem comunista recém-filiado.

Alguns dos novos filiados

- Wagner Espíndola Mexias - vereador em Mendes (RJ)
- Nadir Silvano - da Coordenação Nacional do MST
- João Medeiros - Presidente da Empresa de Turismo de Niterói
- Elton, Jader e Luis Carlos - diretores do Sindicato dos Protuários
- Ricardo Capelli - Pres. do DCE da Universidade Estácio de Sá
- Anderson Máximo de Oliveira - presidente da União Estudantil de Belford Roxo
- André e Fabiano - presidente e vice-presidente, respectivamente, do DCE da Celso Lisboa
- Paulo Figueiredo - da Associação dos Empregados da NUCLEM
- Fernando Carrazedo - médico
- Herval Barros de Souza - ex-diretor do Sindicato dos Ferroviários.

Debates e palestras no Amazonas

A campanha de filiação de novos militantes foi o ponto alto dos eventos que marcaram, no Amazonas, a comemoração dos 73 anos do PCdoB. Ocorreu também uma manifestação contra a reforma constitucional e o governo Fernando Henrique. Os atos foram realizados durante a tradicional feijoada que o partido promove para arrecadar fundos que visam bancar seus projetos. Na semana que antecedeu o 25 de março, data de fundação do PCdoB, foram realizados debates e palestras envolvendo temas atuais e sua relação com o regime socialista.

Memória histórica dos trabalhadores

Em Belo Horizonte (MG) cerca de 150 militantes e amigos reuniram-se no Sindicato dos Bancários para comemorar os 73 anos do PCdoB. Prestigiaram o ato Virgílio Guimarães (vereador e ex-candidato ao Senado pelo PT), Israel (PSTU), Guilherme Tel (Coletivo comunista Gabriel Pimenta), Dimas Perrim (Fórum em Defesa do Monopólio da Petrobrás) e representantes da CUT e da CGT.

O deputado comunista Sérgio Miranda, abriu o ato. "Esta festa de congraçamento tem um significado maior do

que comemoração de uma data. Aqui se reforça uma memória histórica. A memória histórica da luta dos trabalhadores brasileiros por justiça, por liberdade e por uma nova sociedade", disse o deputado.

Na oportunidade, novos militantes ingressaram nas fileiras do PCdoB.

Destaque especial teve a apresentação da peça teatral "Touradas mexicanas", que retratou as mazelas do capitalismo, através da política excludente do projeto neoliberal.

Seminário no Ceará

No Ceará, o 73º aniversário do Partido foi comemorado com uma palestra de José Reinaldo Carvalho, do secretariado nacional, sobre o Programa Socialista do PCdoB. O ato contou com a presença de representantes do PSB e do PV. Por iniciativa do Diretório Regional, realizou-se nos dias 24 e 25 de março um seminário sobre o Programa Socialista, no quadro de uma série de atividades internas de preparação da Conferência Nacional, envolvendo os principais quadros dirigentes do Estado.

Festa e debate em Sergipe

Em Sergipe o aniversário foi lembrado com uma animada festa na sede do Diretório Regional. Um debate na Assembleia Legislativa sobre o neoliberalismo e a reforma constitucional, com a presença do vereador e dirigente regional Edvaldo Nogueira e José Reinaldo Carvalho, da direção nacional. O ex-prefeito de Aracaju, Jackson Barreto, participou do ato e

fez uma calorosa saudação aos comunistas, ressaltando a contribuição do PCdoB para a unidade das forças progressistas. Durante três dias, os meios de comunicação sergipanos noticiaram com destaque e comentaram a posição do PCdoB contra as emendas constitucionais propostas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

Saudação de Oscar Niemayer

No Rio, o deputado federal Lindberg Farias leu mensagem de saudação enviada pelo arquiteto Oscar Niemayer: "aos meus camaradas do PCdoB e ao meu amigo João Amazonas, felicito pelo dia de hoje

e pela luta invariável e corajosa, que sabem manter contra este mundo injusto em que vivemos. A sessão foi encerrada com o plenário de pe cantando a Internacional e gritando vivas ao Partido.

CURTAS

■ A Assembleia Legislativa do Ceará aprovou voto de congratulação ao presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, extensivo aos demais filiados, pelo transcurso dos 73 anos do Partido. O requerimento foi do deputado João Ananias, subscrito pelo deputado João Alfredo.

■ A Câmara Municipal de Feira de Santana aprovou moção de parabéns ao Partido Comunista do Brasil. O requerimento foi da vereadora Eliana Maria Santos Boaventura (PMDB).

■ O Diretório Municipal de Irecê enviou telegrama ao Diretório Nacional felicitando pelo 73 anos.

■ A Câmara Municipal de Bento Gonçalves (RS) aprovou mensagem de felicitações a João Amazonas pela passagem dos 73 anos do PCdoB. O requerimento foi do vereador Paulo Wunsch.

■ O vereador Paulo Dantas (PCdoB), proferiu discurso na Câmara Municipal de Recife sobre o 73º aniversário de fundação do PCdoB. Disse que esse aniversário assinala um fenômeno ímpar na vida política institucional brasileira: a persistência e a atuação ininterrupta, por mais de sete décadas. "Os comunistas, apesar das dificuldades sem conta e dos terríveis obstáculos que sempre tiveram que enfrentar, constituem-se na única força política organizada que nunca deixou de atuar junto ao povo", afirmou.

■ O deputado federal Aldo Arantes (PCdoB) apresentou projeto de lei ao Congresso, limitando o pagamento de dividas públicas interna e externa a 30% da receita tributária. O limite valerá para União, Estados e Municípios.

■ Está marcado para o dia 5 de maio, uma visita do governador Almir Gabriel e da bancada federal do Pará à Companhia Vale do Rio Doce e ao Complexo Carajás. A visita é o primeiro resultado prático do encontro que ocorreu dia 17 de abril, entre o governador do Pará e os deputados, por iniciativa da deputada Socorro Gomes (PCdoB). O objetivo é formar um grande movimento contra a privatização da CVRD.

1º de maio

A CUT decidiu realizar o 1º de maio unificado com o movimento popular. Os atos serão "Em defesa dos Direitos Sociais dos Trabalhadores e da Cidadania Contra as Reformas Neoliberais de FHC Serão realizadas atividades em todos os estados e regiões do Brasil. A CUT Nacional realizará ato centralizado no ABC

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Álvaro Cunhal visita o Brasil

Álvaro Cunhal chegou ao Brasil no dia 13 de abril para participar, durante duas semanas, de uma série de palestras e eventos sobre a Revolução dos Cravos, que, no dia 25 de abril, completa 21 anos

A primeira escala de Cunhal foi no Rio de Janeiro onde, no dia 19, proferiu palestra na Associação Brasileira de Imprensa - ABI.

O auditório do 9º andar da ABI, com capacidade para 700 pessoas, estava completamente lotado. Diversas personalidades prestigiaram a palestra do líder comunista. Entre elas, o arquiteto Oscar Niemayer, o filósofo Roland Corbisier, os deputados federais Jandira Feghali e Lindberg Farias, o deputado estadual Edmilson Valentin, todos do PCdoB e a presidente regional do PCdoB, Ana Maria Rocha; o dirigente nacional do PDT, Neiva Moreira, e a presidente nacional do PCB, Zuleide Farias de Mello.

Foi Bonita a Festa, Pá!

O filósofo Roland Corbisier foi encarregado de saudar Álvaro Cunhal, e o fez na dupla condição de conselheiro da OAB e militante do Partido Comunista do Brasil.

A deputada Jandira Feghali, falando em nome do PCdoB, deu as boas vindas ao dirigente comunista e disse que a unidade dos revolucionários e a rearticulação do Movimento Comunista Internacional são fundamentais para o avanço da luta pelo socialismo.

Aplaudido de pé pelo plenário, Álvaro Cunhal falou sobre o tema do encontro, *A Revolução dos Cravos e o Socialismo*.

Cunhal fez um breve histórico da luta do Partido Comunista Português contra o regime salazarista, explicando que o partido considerava fundamental ligar o combate à ditadura ao fim do poder dos grandes monopólios industriais e financeiros, verdadeiros sustentáculos do regime fascista. "Na Espanha, Franco foi derrotado mas o poder dos monopólios foi preservado, essencialmente, quem mandava antes continuou a mandar depois", afirmou.

Portanto, o PCP tinha como principais pontos de sua plataforma anti-fascista - entre outras exigências - o fim do poder dos monopólios, a reforma agrária, a conquista da liberdade democrática, a democratização da educação e da cultura e a defesa da autodeterminação das colônias portuguesas.

Cunhal combate veemente a tese de que a revolução de abril foi um golpe militar. "Golpe militar é conspiração de generais. A Revolução dos Cravos foi uma insurreição



O dirigente português reafirmou a vigência da luta pelo socialismo

popular iniciada por soldados, marinheiros, capitães".

O PCP, mesmo antes de 1974, na mais dura ilegalidade, já liderava grandes demonstrações de massa contra o regime. Quando veio a Revolução dos Cravos, uma junta de Salvação Nacional assumiu o poder, comandada pelo MFA - Movimento das Forças Armadas. Várias vezes a Junta de Salvação Nacional foi atropelada pelo povo que, em determinada ocasião, cercou as prisões para libertar os presos políticos que o MFA se negava a anistiar. O mesmo aconteceu em relação a total legalização do Partido Comunista, postergada pelo Junta e arrancada na marra pelos trabalhadores. Era o povo a transformar a vida", disse Cunhal.

O PCP participou dos primeiros governos revolucionários e, apesar de não contar com a maioria nem no executivo nem no parlamento, teve destacada participação na elaboração da progressista Constituição portuguesa elaborada após a vitória contra a ditadura. Cunhal criticou a tese da solução pacífica, que, segundo ele, em diversos momentos emperrou a luta popular.

Já murcharam sua festa, Pá!

Cunhal denunciou que, nos últimos 15 anos, os governantes de seu país vêm atacando duramente as conquistas revolucionárias, levando Portugal a uma grave crise econômica, causando o desmantelamento do aparelho produtivo e promovendo a liquidação dos direitos dos trabalhadores.

Ressaltou que o Partido Socialista, atualmente no poder, é uma organização direitista e retrógrada, não tendo participado da luta contra a ditadura, pois se autodissolveu em 1933, por julgar-se incapaz de resistir ao regime fascista. O PS só se reorganizou 40 anos depois, em 1973, às vésperas da Revolução dos Cravos. Para o PCP, o Tratado de Maastricht - cujo principal defensor em Portugal foi o Partido Socialista - é um instrumento do imperialismo e representou um golpe contra o povo português, pois, na prática, subordina a política econômica e industrial de Portugal aos interesses dos países ricos da Europa, notadamente Alemanha, França e Inglaterra.

Mas certamente, esqueceram uma semente, n'algum canto de jardim...

Sobre o socialismo, Cunhal afirmou que o século vinte

não foi o século da morte do comunismo, pelo contrário, foi o século em que o comunismo nasceu. "Foi no século vinte que, pela primeira vez na história da humanidade, levou-se avante um projeto de sociedade onde se eliminava a exploração do homem pelo homem".

Álvaro Cunhal destacou as grandes vitórias alcançadas pelas primeiras

experiências socialistas, mas disse que, em determinado momento, a teoria marxista cristalizou-se e isso foi decisivo para a momentânea derrota sofrida pelo movimento operário.

Cunhal também falou sobre o PCP hoje, ressaltando que, apesar do bloqueio da mídia e da intensa campanha anticomunista, o PCP é um partido forte e que cresce, principalmente, entre a juventude. O PCP tem 150 mil filiados (isso em um país com apenas 10 milhões de habitantes); é o terceiro partido do parlamento português e, disparado, a principal força nos movimentos sindical e estudantil.

O líder comunista disse que o PCP é um partido que defende a revitalização e a renovação criativa do pensamento marxista, sendo, portanto, um partido sem dogmas, mas com profundas convicções. "Nosso ideal continua a responder à vida e às aspirações dos trabalhadores. O PCP segue firme na luta pela construção de uma nova sociedade, sem explorados e exploradores, livre dos flagelos da sociedade capitalista.

Visita à Assembléia

No dia 18, Álvaro Cunhal reuniu-se com a direção regional do PCdoB no gabinete do deputado estadual Edmilson Valentin (PCdoB), que depois levou o veterano dirigente comunista para conhecer o plenário da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

As lideranças do PCdoB, PT e PDT, ocuparam a tribuna para saudar Cunhal. Outros partidos juntaram-se à manifestação. No mesmo dia Cunhal encontrou-se com Oscar Niemayer e, à noite, foi homenageado pelo PCdoB e PCB com um jantar no Clube Sírio e Libanês.



Combatente e Artista

Álvaro Cunhal nasceu em Coimbra (Portugal) em 1913. Começou sua atividade revolucionária na juventude, tendo entrado para o Partido Comunista Português em 1931. Em 1934 foi eleito representante dos estudantes de Lisboa no Senado Universitário e, em 1935, secretário-geral da Juventude Comunista Portuguesa.

Neste último ano, no quadro de renovação e reestruturação de direção do PCP, foi eleito presidente do Conselho Nacional do Partido.

Autor de vasta obra literária, com mais de 30 títulos publicados (e traduzidos para o francês, checo, grego e espanhol), escreveu também, sob o pseudônimo de Manuel Tiago, importante obra de ficção. Publicou três romances: *Cinco Dias, Cinco Noites, Até Amanhã, Camaradas e A Estrela do Sete Pontas* - este último, publicado em 1994, foi concebido no seu último período de prisão. O conteúdo humanista de sua produção literária fala de seu amor à vida e à solidariedade.

É também desenhista sensível. Parte de seus desenhos foi editada em dois álbuns: *Desenhos da Prisão*, após abril de 1974.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois